

# SÃO PAULO NO LIMIAR DO SÉCULO XX: O OPERARIADO ENQUANTO SUBVERTEDOR DA “ORDEM” ESPACIAL

AMIR EL HAKIM DE PAULA  
Universidade Estadual Paulista  
Campus Experimental de Ourinhos  
elhakim@ig.com.br

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir o processo de segregação espacial ocorrido em São Paulo no início do século XX relegando às classes mais pobres os arrabaldes da cidade, bem como verificar como a classe operária, organizada sob o sindicalismo de orientação anarquista, questionou esse processo. Para tanto, serão abordadas as greves e as manifestações públicas, enquanto instrumentos de questionamento e ruptura, a fim de possibilitar a emergência de um espaço mais democrático. No que tange ao que chamamos de uma apropriação espacial operária, duas manifestações dos trabalhadores serão o foco principal desta análise: as Manifestações contra a Carestia de Vida, de 1913, e a Greve Geral, de 1917. Ao analisarmos tais ações do movimento operário, buscamos propiciar um melhor entendimento acerca das práticas libertárias, possibilitando outra visão de atuação social, muito mais horizontalizada, autônoma e por isso, extremamente radical.

**PALAVRAS-CHAVE:** São Paulo. Segregação. Operariado. Apropriação.

SÃO PAULO ON THE EVE OF THE 20TH CENTURY: THE  
WORKING CLASS AS SUBVERTER OF THE ‘SPATIAL ORDER’

## ABSTRACT

This article aims to discuss how the city of São Paulo underwent in a segregation spatial process at the beginning of the 20<sup>th</sup> century, that pushed into suburb areas the poorest classes, and understand how the working class, orga-

nized in the anarchist orientated syndicalism challenged this spatial process. To achieve this aim, we will discuss the strikes and the public demonstrations as questioning and disruption instruments, in order to enable a more democratic space. Particularly, two workers demonstrations will be analyzed, regarding to what we call a spatial worker appropriation: the demonstrations against dearth of 1913 and the general strike of 1917. By analyzing these past actions of the worker movement, we aim a better understanding on the libertarian practices, enabling another conception of social action, more autonomous, horizontally organized and, because of this, extremely radical.

**KEYWORDS:** São Paulo. Segregation. Working Class. Appropriation.

## INTRODUÇÃO

A chegada de milhares de imigrantes em São Paulo desde as últimas décadas do século XIX contribuiu para o crescimento populacional e também para a transformação de antigas chácaras em bairros. Concomitantes à ampliação da área urbana, ocorreram as grandes reformas urbanísticas implementadas pelo Prefeito Antonio Prado (1899-1910) e continuadas na gestão de Raimundo Duprat (1911-1914).

Como nos mostra Petrone (1955), no início do século XX,

[...] executaram-se vastas e custosas obras de saneamento, sobretudo na várzea do Tamanduaté; canalizaram-se os rios e ribeirões da cidade; garantiu-se, para a população, melhor e maior quantidade de água potável, rasgaram-se novas ruas e avenidas; ajardinaram-se as praças e pavimentaram-se, da melhor maneira possível, as ruas da parte principal da cidade. (PETRONE, 1955, p. 136)

Se no século XIX a cidade estava restrita ao chamado triângulo central, nas duas primeiras décadas do século XX, novas áreas vão se agregando ao centro, e antigas chácaras, como o atual bairro do Brás, na zona leste da cidade, vão se incorporando à cena urbana e passam a ser tanto locais de instalação industrial como de moradia imigrante e operária.

Além da entrada de imigrantes, outro fator que contribuiu para o desenvolvimento da cidade foi a vinda de grandes proprietários de terra que faziam parte da elite cafeicultora, fato que impulsionou inúmeros melhoramentos, como serviços de saneamento básico e instalação de bondes elétricos, pois essa elite tinha certa representatividade nos principais cargos públicos da cidade.

Caso exemplar foi o de Antonio Prado, que de cafeicultor tornou-se administrador do município entre 1899 e 1910 e iniciou um grande projeto de urbanização na cidade. Dentre as “melhorias” implementadas, podem ser destacadas a abertura de novas avenidas (Paulista e Higienópolis) e ruas, bem como o alinhamento de outras e também uma maior preocupação com as áreas próximas ao Rio Tamanduateí – região passível de posturas higienizadoras, pois era considerada foco de epidemias. (DOS SANTOS, 2003)

Num primeiro momento, este setor da população mora na localidade do atual bairro de Santa Cecília, mas, aos poucos, talvez para evitar o contato com a população menos favorecida, ocupa o bairro de Higienópolis e depois uma área próxima à Avenida Paulista onde se encontram os atuais bairros dos “jardins” (Jardim Paulista, Jardim América e Jardim Europa).

As mudanças urbanísticas eram circunscritas a algumas áreas bem delimitadas: aquelas que eram locais de trabalho ou de moradia da elite paulistana. No entanto, os bairros operários que se formavam, recebiam parques melhoramentos e somente depois de muita luta e reclamação. É o que atesta a “Folha do Braz”, um dos poucos periódicos a retratar as mazelas do cotidiano desses bairros:

Pelo Povo

Pedem-nos os moradores da rua Bresser, entre as de Silva Telles e Chavantes, reclamarmos dos poderes competentes, as providencias necessárias, a fim de ser feito o calçamento dalli, visto achar-se aquelle trecho de rua todo esburacado, de forma a prejudicar o transito de vehiculos e mesmo de pessoas, principalmente, à noite, porque ali não existem combustores de Gaz. As águas ali se acham estagnadas, exhalando um mau cheiro prejudicial, ainda mais com a cooperação do lixo e mesmo de águas servidas que alguns moradores menos asseados ali atiram para a rua. (FOLHA DO BRAZ, 06/01/1901, p. 02)

A reportagem deixa transparecer a precariedade da maior parte desses bairros operários, notada pela ausência de “calçamentos” e pelas consequentes “ruas esburacadas”, pela presença de lixo e de “águas estagnadas” nas vias públicas, o que demonstra a falta de coleta de resíduos residenciais e de serviços de saneamento básico. Além disso, quando ocorriam melhorias nos bairros mais pobres da cidade, elas estavam subordinadas à lógica dominante, ou seja, realizavam-se apenas nas grandes vias de circulação.

Nas críticas aos projetos urbanísticos dirigidos pela elite, alguns militantes operários apontam que a população mais pobre era deslocada para os arra-

baldes da cidade em busca de aluguéis mais baratos. Gigi Damiani<sup>1</sup>, em um artigo publicado em 11 de maio de 1912, no jornal *La Battaglia* mostra a visão operária sobre o real interesse dessas reformas:

Um belo dia, dez ou doze bandidos imbuídos de amor à prática resolveram que São Paulo não tinha o aspecto de cidade moderna e que lhes estava faltando dinheiro para as putas e para o jogo, o patriotismo estourou! Do militar *Fanfulla* ao policialesco *Platea*, do acomodado “O Estado de São Paulo” ao órgão da cepa dourada “Correio Paulistano” saíram gritos pelo embelezamento, pelo saneamento da cidade [...] Alargue-se a city! Queremos teatros como Paris, jardins como Berlim, igrejas como Roma! [...] E vejam só! Os pardieiros derrubados, os barracos jogados fora, os terrenos desapropriados, tudo que deveria ser embelezado ou destruído, nivelado ou reconstruído, tudo era propriedade do bando [...] E quem estabelecia as inverossímeis somas de indenização eram membros do bando. [...] Isso produziu um princípio de êxodo, do centro para a periferia, na procura de novos domicílios mais baratos. [...] Esse foi o sinal do assalto geral ao magro dinheiro do inquilino: vertiginosamente os aluguéis aumentaram até 200% [...]. (Jornal *La Battaglia* apud BESEN, 2004, p. 47-48)

É inegável que a conjugação de grandes transformações urbanísticas, mesmo que predominantemente circunscritas aos bairros mais abastados, com o crescimento geográfico/populacional, possibilita que São Paulo deixe aos poucos os traços característicos de urbe pacata e se transforme em uma grande cidade.

Coube a parte da elite cafeeicultora - que, como vimos, estava representada nos principais cargos públicos da cidade no início do século XX - a tarefa de determinar como se daria esse crescimento, ou seja, quais regiões seriam incorporadas à vida urbana e teriam benefícios, como a instalação de serviços de água e esgoto, calçamento de ruas, implantação de rede elétrica, etc.

Nesse processo de urbanização, como forma de auferir lucros, seriam criadas várias sociedades loteadoras de terras e, com a ajuda do governo municipal e se valendo dos seus recursos, vão surgindo novos empreendimentos imobiliários.

Brito (2000), demonstra como foi a atuação de algumas famílias/empresas no processo de urbanização, apontando que:

<sup>1</sup> Gigi Damiani foi um anarquista italiano, radicado em São Paulo na década de 1910, tendo sido diretor dos jornais *La Battaglia* e “O Amigo do Povo”. Em 1919, por causa de suas atividades anarquistas foi expulso do país.

[...] [o] que caracterizou a maior parte das empresas voltadas a primeira frente urbanizadora, foi a de explorar as diferentes possibilidades de renda e lucro envolvidas no mercado imobiliário, ou ao menos propor-se a isso, articulando a abertura de loteamentos com a construção das habitações, a instalação e exploração de serviços urbanos como abastecimento de água e transporte coletivo, a produção/comercialização de materiais para a construção e a cessão de crédito para aquisição dos imóveis. (BRITO, 2000, p. 22)

No entanto, esse crescimento geográfico da cidade não ocorria sempre de forma espontânea e, além disso, a incorporação de novas áreas ao projeto de urbanização promovia também uma valorização desse espaço que recebia as melhorias, conforme ressalta Rolnik (1999) no trecho seguinte:

No caso específico de São Paulo importava politicamente aos novos dirigentes da nação – banqueiros, industriais, comerciantes e cafeicultores – inscrever-se em classe vitoriosa no espaço físico, além de, evidentemente, transformá-la em fonte de lucro nos novos termos definidos pela economia urbana. (ROLNIK, 1999, p. 66)

Esse processo de valorização espacial permitiu, entre outras coisas, o surgimento de dois tipos de bairros: aqueles com melhorias e equipamentos urbanos, direcionados à elite; e os que possuíam pouca infraestrutura básica, relegado aos mais pobres, entre os quais se inclui o operariado.

Essa diferenciação entre os bairros permite à elite “marcar” sua presença e sua força econômica no espaço ao definir um diferenciado padrão de construções de casas na região dos Campos Elísios e Higienópolis, propiciando a formação de uma cidade espacialmente excludente em que os mais ricos habitavam a região da Avenida Paulista – o atual Jardim América – onde predominam projetos imobiliários de alto padrão, enquanto nas baixadas úmidas e pantanosas – atuais bairros da Mooca e do Brás – aglomeravam-se os mais pobres, com casas minúsculas e cortiços que eram o local de moradia da população operária.

Se nos bairros operários o que chamava atenção era a falta de condições mínimas de sobrevivência, como esgoto a céu aberto e ruas sem calçamento, nos bairros onde morava a elite destacava-se a opulência de suas construções e a presença de extensos serviços urbanos, mas também a ausência de convívio social nas amplas ruas limpas e arborizadas. Isso acontecia porque nesses bairros a sociabilidade estava praticamente circunscrita ao espaço interno das casas, no mundo privado burguês e não no espaço público das calçadas e ruas que, quando eram usadas, serviam mais estritamente para a passagem dos veículos.

Através das análises realizadas, percebemos que nas primeiras décadas do século XX, aos poucos, se delineia uma cidade completamente diferente daquela do final do Império, não apenas pelas melhorias nos bairros ricos. Se na São Paulo escravagista as diferenças sociais são percebidas pela cor da pele, na São Paulo industrial do início do século esse já não é um referencial importante e delimitador, visto que o projeto imigrantista priorizou os europeus. Assim, a elite precisava de um novo tipo de segregação. E ela o encontrou! Nas palavras de Rolnik, o movimento em direção às colinas permite à elite criar um “espaço hierarquizado: qualquer um sabe seu lugar, qualquer um identifica aonde pode e aonde não pode circular”. (ROLNIK, 1986, p. 46)

Nesse processo, a diferenciação dos grupos sociais se daria não apenas por caracteres físicos, mas também pela geografia (entendendo-se aqui o sentido estrito de localização espacial): os pobres morando nas regiões de várzeas, industriais, poluídas, “anti-higiênicas”; e os ricos nas colinas, região mais “higiênica” e de ar mais puro - como Higienópolis - que ilustra bem essa “fuga” para os lugares “mais salubres”.

Além das grandes diferenças de tratamento por parte do poder público, essa segregação geográfica ocasionava o reforço do preconceito econômico/social, antes menos expressivo que o racial. Então, morar nos bairros operários, vestir-se modestamente, conversar sem muita discrição em público seria para a elite, ou mesmo para uma classe média que se estabelecia com o crescimento da cidade, atitudes incompatíveis com os hábitos de polidez das famílias burguesas.

É o que relata o jornal “O Estado de São Paulo”, do dia 30/04/1913 em sua seção de cartas:

#### QUEIXAS E RECLAMAÇÕES

Escreve-nos um leitor desta folha reclamando contra um facto que é observado quase diariamente nos bondes da linha da Lapa, o qual exige uma urgente providência por parte da ‘Light’. Várias pessoas de segunda classe, na maior parte operário, costumam embarcar nos bondes da dita linha conversando, ao correr da viagem, em uma linguagem bastante baixa, sem nem ao menos respeitarem as famílias (grifo nosso), que se acham no carro. Ora, os conductores que estavam no caso de corrigir estes insolentes, não querem dar a esse trabalho, de modo que as famílias são obrigadas a suportar todos os desmandos de linguagem e de maneiras dos referidos operários. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 30/04/1913, p. 6-7; grifos nosso).

Além das humilhações de que eram vítimas nas fábricas, os operários sofriam os mais diversos preconceitos quando se utilizavam dos bondes. Para o

missivista não passavam de cidadãos de “segunda classe”, “insolentes” que, por isso, deveriam ser banidos do convívio dos bondes, para a segurança das “famílias” que utilizavam esse transporte. Além disso, ao se referir a alguns desses bairros operários ou com grande concentração de pobres, parte dessa elite utilizava adjetivos impregnados de preconceito social, como pode ser notado nas páginas do jornal “O Estado de São Paulo”, de 15/04/ 1913:

#### QUEIXAS E RECLAMAÇÕES

Sr. Redactor: Deus o livre, Sr Redactor, de precisar morar no Paraíso! Morar no Paraíso, só sendo no Outro Mundo. E tudo por causa da Light.

Considere o sr. Redactor que os bondes da Light não servem apenas o Paraíso mas também o Purgatório – perdão! o Bexiga, que como se sabe, é populíssimo. Porque não põe a Light mais veículos na linha do Paraíso? É o que em nome dos muitos padecentes destas bandas lhe pede encarecidamente, o seu - constante leitor. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 15/04/1913, p. 06-07; grifos nosso)

O que poderia ser mais uma reclamação dos serviços prestados pela Light, transformou-se em uma carta de caráter preconceituoso, pois, ao identificar o Bexiga com o Purgatório, o leitor da época sabe que o principal problema não seria a falta de transporte na cidade, mas sim a convivência dos vários grupos sociais nos bondes, o que para ele era descabido.

Para a “tranquilidade” dos dois missivistas, em 1919, a Light resolveu criar bondes, que não possuísem o mínimo de conforto, somente para os operários, um serviço implantado a baixos custos com carros de carga adaptados, demonstrando que a segregação imposta pela elite ia além da questão espacial. Na verdade, livre da presença incômoda de operários, ela observava o leva-e-traz desses vagões apinhados de operários, como se fossem “gado-humano”.

Como quase tudo que acontecia na cidade nessas primeiras décadas do século XX, a implantação dos bondes elétricos não considerou as benesses que eles trariam para as camadas mais pobres, mas a possibilidade de mais-valia da empreitada. Assim, aqueles que podiam pagar mais recebiam também mais benefícios e aqueles que realmente realizaram a tarefa de transformar a cidade de São Paulo em grande capital pouco usufruíram dessas mudanças.

Por esses fatores, a cidade que surgiu dessa dinâmica pode ser entendida como segregada, já que, determinada espacialmente pela elite e dirigida por ela, os melhoramentos que aos poucos recebia quase nunca chegavam às regiões mais pobres, ou chegavam de modo bastante atrasado em comparação aos bairros elitistas.

Esse processo, como vimos, decorre da valorização de terras em São Paulo e é acentuado pela privatização dos serviços de melhorias que aqui entraram com as empresas estrangeiras. Ao capital, interessou primeiramente o lucro e depois o uso da melhoria. Aos operários sobram as reclamações, ouvidas somente quando eles se organizavam e protestavam através de veículos de imprensa próprios e principalmente das lutas operárias que se desenvolveram na cidade no período em foco.

A cidade, que já se rendera ao abolicionismo, conservava ainda outra forma de segregação, combatida, como veremos adiante, pela luta dos operários não só por melhores condições de trabalho, mas também contra essa situação social excludente.

### MOVIMENTOS DE LUTA: OS OPERÁRIOS PEDEM PASSAGEM!

Por não concordar com o sufrágio universal, a organização sindical de orientação anarquista – majoritária entre os operários de São Paulo no início do século XX – tinha como principal “arma” na luta contra o capital as manifestações e as passeatas. Portanto, o uso das ruas da cidade (principalmente aquelas das regiões centrais, onde se localizavam as lojas mais chiques)<sup>2</sup>, era uma das poucas maneiras desse operariado expressar sua existência e demonstrar a sua força.

A manifestação de rua era também uma orientação da maior central de operários, a Confederação Operária Brasileira (COB)<sup>3</sup>, conforme demonstram as resoluções do 1º Congresso Operário Brasileiro de 1906, cujos militantes, sendo partidários da ação direta e não da ação parlamentar, entendiam que seria nas ruas que as lutas e manifestações operárias deveriam ser propagadas. Uma das resoluções desse primeiro congresso afirmava também que:

[...] como meios de ação das sociedades de resistência ou sindicatos a greve parcial ou geral, a boicotage, a sabotagem, o label [injúria], a **manifestação pública** etc., variáveis segundo as circunstâncias de lugar de momento. (A VOZ DO TRABALHADOR, 01/02/1914, p. 07; grifo nosso)

<sup>2</sup> Sobre essas lojas, ver o trabalho de Deaecto (2002), “Comércio e Vida Urbana na Cidade de São Paulo (1889-1930)”.

<sup>3</sup> Em 1906, vários sindicatos e ligas do país inteiro, realizaram um encontro com o intuito de organizarem uma central sindical de âmbito nacional. A proposta de organização foi aceita e, em 1908, com a presença de cinquenta associações operárias de todas as regiões do país, foi formada a Confederação Operária Brasileira (COB), tendo algumas teses de orientação anarquista, como a ação direta, como principal método de ação (PAULA, 1999, “A Geografia do Movimento Operário no Brasil de 1906 a 1937”).



Acima de tudo, ao tomar as ruas de assalto, esses militantes e operários incitavam todos a ocuparem os espaços construídos por eles, mas usufruídos pelos patrões, pois, para os trabalhadores, a subjugação não terminava quando o operariado saía da fábrica, apenas se transformava, tornando-se mais sutil, mas tão violenta quanto antes. A violência da fábrica – representada pelo patrão e seu contramestre instituindo ordens, punições e castigos – tinha seu correlato na expulsão dos mais pobres do centro e na acomodação deles em quartos minúsculos em locais afastados, como também no uso coercitivo da polícia, os “contramestres” da política paulistana.

Apesar dos espaços diferentes, as relações de dominação eram muito semelhantes, pois o conflito interno patrão-operário ultrapassava as paredes da fábrica e instalava-se nas ruas. Assim, ocupar as ruas da cidade significava romper com o processo em vigor e, simbolicamente, ocupar a “fábrica” externa que transformava seres humanos em autômatos.

Como dito na primeira parte deste artigo, a burguesia agrária/industrial passou a gerir a cidade a seu bel-prazer, enquanto o operariado, descontente com essa situação, vai reclamar de suas mazelas apropriando-se dos espaços do mundo exterior.

A ameaça que estes bairros populosos ofereciam à elite tornava-se mais forte com as manifestações de rua, através das quais os construtores da cidade a ocupavam para si. Por isso, era comum em reuniões para esse fim a presença secreta da polícia no intuito de acompanhar os passos da militância. É o que vemos no relatório dirigido ao Gabinete de Investigações e Capturas de 05/07/1915:

Comunico a V.sa a reunião de operários e de vários anarquistas do costume que houve ontem as 9 horas da manhã sito á Rua 21 de Abril nº 144 a fim de tratar de melhorar suas situações o seguinte: falou nesta reunião Antonio Nelepinski, João Penteadado e Edgard Leuenroth que é necessário todos os operários reunirem-se para defender seus irmãos de trabalho e para defender seus direitos é necessário que o povo chame seus irmãos de trabalho em plena praça pública para formar a verdadeira guerra que é guerra social; Edgar fez ver ainda o povo que nesta reunião se achavam o resultado que eles podem obter de um governo ou de uma pátria é o seguinte: ver os capitalistas e os governantes passear de automóvel e terem seus bons Palácios nas Avenidas principais, e tudo que se diz de bom e melhor, mas o povo trabalhador, o povo que produz, o povo construtor e o povo que faz as delícias no mundo não pode gozá-la porque este povo não tem raciocínio intelectual para analisar o ambiente de um governo; enfim falou Edgard que para o povo trabalhador se ver livre das penitências, das

misérias e do cativo é necessário que todos os povos deserdados da fortuna e do bem estar se revoltam contra todos os homens que atualmente governam e os que ainda pretendem governar. Edgard e seus companheiros que ali falaram tiveram grandes aplausos por todos que ali se achavam. (apud FONSECA, 1996, p. 25; grifos nosso)

Nas palavras de Edgard Leuenroth<sup>4</sup>, fica evidente que o operário era o principal construtor da cidade que, no trabalho de abertura ou alargamento de ruas, propiciava aos mais ricos a possibilidade de passearem com seus automóveis e também a construção dos grandes palácios das avenidas. No entanto, muito pouco do que ele edificava era por ele usufruído, porque nenhum governo se preocupava de fato com essa classe, a não ser para reprimir suas manifestações e preservar a “ordem” da elite.

Segundo a descrição de um policial infiltrado, apesar da reunião se realizar em um local fechado, a orientação do movimento era para que os operários utilizassem as ruas e praças públicas para seus protestos, uma vez que essa apropriação espacial possibilitaria o início de um movimento de ruptura social e econômica baseado na luta de classes, a que Leuenroth chama de “guerra social”.

Para melhor exemplificar essas apropriações dos operários, será priorizado um momento de grande ebulição, como as manifestações operárias da década de 10, em São Paulo – contra a Carestia de Vida e a Greve Geral de 1917 –, surgidas num contexto de carestia e aumento abusivo nos preços dos gêneros de primeiras necessidades.

É importante perceber que a greve e outras manifestações operárias traziam em si o componente ideológico de se libertar do patrão, de contestar sua autoridade, tanto que, nas manifestações de rua, voltavam-se contra os políticos, que defendiam interesses patronais contrários aos da maioria. Mas também era um momento de festa, de valorização, de se conhecer enquanto classe e de reconhecer no outro um companheiro, tanto de luta quanto da situação de morador da cidade e, conseqüentemente, sofredor das mesmas dificuldades.

<sup>4</sup> Edgar Leuenroth foi um dos principais militantes anarquistas do início do século XX em São Paulo. Sua atuação foi importante na organização de vários movimentos grevistas e reivindicatórios, como a Greve dos Ferroviários de 1906 e da Greve Geral de 1917. Foi diretor dos jornais “A Lanterna”, “Folha do Braz” e “A Plebe”.

Essas manifestações de rua, como numa espécie de ritual, iniciavam-se com a saída de casa, ainda no bairro operário, onde as colunas<sup>5</sup> de trabalhadores lentamente se formavam, para depois se unir às outras numa única manifestação, tomando as ruas e as praças e chegando ao centro como um turbilhão humano que reconquistava, mesmo que num pequeno instante, algo perdido.

É o que vemos na descrição de uma manifestação de rua, relatada pelo jornal “A Lanterna”:

Um outro companheiro dispunha-se a falar, quando todas as atenções foram atraídos para o largo do Ouvidor, de onde vinha a coluna do Braz que, precedida por uma banda de música e de muitos cartazes entrou no Lgo São Francisco, por entre aplausos calorosos e vivas entusiásticas do nosso povo que ali estava. (A LANTERNA, 21/10/1911, p. 02 apud HARDMANN, 1983, p. 73)

Nesse comício, o condutor da coluna do Braz, Leão Aymoré, ao término de sua fala convida

o povo a percorrer em coluna o centro da cidade, no que foi logo atendido, pondo-se a Coluna em marcha pela Rua Benjamin Constant, descendo a Rua Mal. Deodoro, Rua XV de Novembro, subindo depois a Rua São Bento e entrando novamente no Largo onde falou novamente o companheiro Maffei. (A LANTERNA, 21/10/1911, p. 02 apud HARDMANN, 1983, p. 73)

Na manifestação não importava apenas o ato em si, o protesto na praça, mas também a circulação dos operários nas ruas centrais, porque isso não só demonstrava vivamente a indignação dos operários com as más condições de vida, mas como – e principalmente – indicava a força que essa classe possuía na cidade.

Outra manifestação paulistana importante dos operários no início da década de 1910 foram os atos contra a Carestia de Vida que, como outros, tiveram as ruas e avenidas como locais de atuação.

## **MANIFESTAÇÕES CONTRA A CARESTIA DE VIDA**

As manifestações contra a Carestia de Vida tiveram início em 1912, com o chamado de vários grupos anarquistas apoiados pelos socialistas a realização de um ciclo de assembleias (seja em locais fechados ou não) no intuito de promover a agitação que continuou até 1914.

---

<sup>5</sup> Chamamos de coluna a organização dos operários em grandes grupos.

Num primeiro momento, esses comícios, surgidos como protesto contra o aumento generalizado de preços dos artigos de primeiras necessidades e do valor dos aluguéis, estavam circunscritos aos bairros operários (como o Brás, Bom Retiro, Lapa, Mooca, etc.) e eram compostos por trabalhadores de diversos ofícios e, nas palavras de Rolnik (1981), também por “pequenos especuladores imobiliários e empreendedores de vilas e cortiços que desejavam isenções fiscais para a construção de casas operárias, sua fonte de renda”. (ROLNIK, 1981, p. 148)

A partir de 1913, o movimento lentamente saiu das regiões periféricas e chegou ao centro e, como isso poderia trazer um confronto entre manifestantes e policiais, aqueles que ali estavam procurando formas de amealhar algum lucro (como os pequenos empreendedores), reclamavam que a dinâmica do protesto deveria ser pacífica, sem danos à propriedade. No entanto, o conflito foi se tornando inevitável apesar do apelo desses pequenos empreendedores, pois se por um lado a tomada das ruas era para protestar contra os aumentos impostos, por outro era também uma forma de tentar “retomar” a cidade segregada.

O apoio às manifestações até podia acontecer, caso elas fossem “pacíficas”, para não subverter uma ordem já estabelecida. Foi o comentário feito pelo jornal “Diário Popular”: “Em São Paulo, pretende-se agora promover uma agitação declarando que ela visa a carestia de vida. O fim encontra *sympathia* em todas as classes, Oxalá não se trate de um meio de perturbar a ordem [...] (grifo nosso)”

Em sendo assim:

[...] pode haver censura caso ela degenera em agitação política desordeira ou em expansão de doutrinas demolidoras, e neste dois últimos casos, o louvor passará a pertencer ao poder publico, a quem compete manter a ordem e por qualquer meio de entaves à desordem, reprimindo-a com a energia que a situação exigir em beneficio do todo, inclusive dos ingênuos que se deixam levar a momentos desagradáveis. (DIÁRIO POPULAR, 15/03/1913, p. 01)

Na luta contra o aumento dos gêneros alimentícios, o movimento operário percebia que, na realidade, “manter a ordem” seria uma forma de impedir que a passagem das colunas pelo centro provocasse o fechamento de lojas ou “quebrasse” a “normalidade” cotidiana.

Em tais manifestações, como forma de facilitar a organização, as agremiações operárias davam muita importância à localização das sedes a fim de

facilitar o acesso dos trabalhadores às suas reuniões, conforme vemos no trecho do jornal “A Voz do Trabalhador”, de 15/08/1913, que comemora o fato de um de seus filiados conseguir uma sede bem centralizada: “[...] O ponto em que se encontra instalada a nova sede social é magnífico, pois abrange diversas linhas de bondes que se comunicam com os arrabaldes da cidade, onde reside maior número de operários”. (A VOZ DO TRABALHADOR, 15.08.1913, p. 03)

O encontro de operários para os comícios contra a Carestia de Vida levava em conta a confluência das principais ruas e avenidas de bairros operários e o fato de elas proporcionarem o acesso a avenidas mais largas e comportarem um número maior de pessoas, assim, como a elite alargara aquelas mais centrais para facilitar a circulação (caso da Av. Rangel Pestana) e a maior fluidez das mercadorias, conseqüentemente, eram essas as escolhidas para o trânsito das manifestações.

O jornal “Germinal”, de 20/04/1913, aponta a “geografia” dessas manifestações e o modo elas se desenvolveriam pela cidade:

Revolta popular contra a Carestia de Vida e a Lei de Expulsão

Serão realizados, nesta cidade, os seguintes comícios:

As 3 horas da tarde no cruzamento das ruas da Mooca e João Antonio de Oliveira, de onde o povo dirigir-se-a, em coluna, para o largo da Concórdia.

As 3 e ½ da tarde no Largo da Concórdia, de onde, juntamente com a coluna da Mooca o povo dirigir-se-a para o largo de São Francisco.

As 3/ e ½ da tarde nos cruzamentos das ruas da Graça e Três Rios, de onde os manifestantes seguirão para o Largo de São Francisco.

As 3 horas da tarde no largo do Cambuci, seguindo depois o povo em coluna, para o largo de São Francisco;

As 3 horas da tarde no cruzamento das ruas de Santo Antonio e 13 de Maio de onde os concorrentes se dirigirão para o largo de São Francisco.

As 4 horas da tarde, uma vez reunidas as colunas que virão dos diversos bairros, realizar-se-a o Comício monstro no Largo de São Francisco, onde falará os delegados das entidades organizadoras e outros oradores populares.

Povo de São Paulo! É preciso que a tua presença nesta manifestação afirme de uma vez para sempre os direitos, e liberdades que por natureza e por conquista dos lutadores passados e contemporâneos te pertencem.

A dignidade exige que ninguém falte a esta manifestação de soberania popular. (GERMINAL, 20/04/1913, p. 01)

A organização geográfica explícita pode ser observada pelo fato de os grupos de manifestantes, num primeiro momento, serem descentralizados e, depois de reunidos, saírem em colunas dos diversos bairros e se encontrarem no centro da cidade. A polícia, com medo de que esses atos resultassem em

transtornos à ordem pública, procurava de qualquer modo atrapalhar o evento e afastar os operários da área. Assim, quanto maior o rastreamento dessas manifestações pelas autoridades, mais controle haveria sobre elas e seus “líderes”.

É essa preocupação oficial que pode ser vista no relato de um espião da polícia da época sobre um dos comícios contra a Carestia de Vida, proferido em 16 de março de 1913:

Conforme comuniquei na minha última, realizou-se ontem no Largo de São Francisco um comício popular em protesto contra a carestia de vida. O comício anunciado para as 7 horas só começou depois das 7 e meia, presente mais ou menos umas mil pessoas, falando o Dr. Passos Cunha, Egard Leuenroth, de “A Lanterna”, Tal de Oliveira (sic), Paulo Cruz e mais dois operários, um sapateiro da Casa Clark e um agente da Liga Operária de Santos que acha-se atualmente em São Paulo.

Como V.Exa bem vê, o motivo da reunião pode variar, mas os oradores e agitadores são sempre os mesmos. Todos os oradores falaram contra as autoridades que, segundo eles disseram, deveriam proibir de qualquer forma o exagerado aumento do preço da vida, mas não fazem, pois são os ricos que lucram com essa alta de preços, são os que fazem as leis, e não é por admissível que os ricos façam leis prejudiciais a eles mesmos; incitaram, enfim, o povo a se organizar para reagir em qualquer forma contra o atual estado de coisas, sendo todos mais ou menos aplaudidos. Para hoje á noite está convocado outro comício no largo da Concórdia. Do que houver, prontamente informarei à V. Exa como meu dever. (apud FONSECA, 1996, p. 24)

Tais fatos demonstram que o espaço público, que constantemente era tomado de assalto pelos operários, objetivamente não lhes pertencia, mas provisoriamente era posse deles durante as manifestações e comícios, embora esta posse já devesse estar legitimada pelo trabalho operário na sua construção. Por isso, nem sempre essas manifestações acabaram pacificamente, pois, na concepção da elite, os locais apropriados para reclamações não eram as ruas, mas sim o parlamento que era impossível de ser usado a serviço do povo, uma vez que, na prática, estava a serviço dessa mesma elite. Mais ainda, dessa instância política o operariado pouco poderia participar, já que era composto em grande parte por imigrantes sem direito de voto nem eletivo.

Além disso, esses trabalhadores entendiam que o efeito das manifestações nas ruas não seria igual às do parlamento e, por isso, questionavam o uso comercial que fora feito da cidade até aquele momento, relegando-os às áreas mais periféricas.

É o que aponta o jornal “Germinal” ao mostrar com detalhes os reais motivos do impedimento da manifestação de operários que ocorreria no dia 20/04:

No dia 20 do mez passado, a Liga Popular contra a Carestia de Vida, tentou verificar vários comícios e uma grande manifestação no centro da cidade, para protestar contra a carestia da vida e a lei de expulsão. A constituição garante todas as liberdades, mas essas liberdades têm um certo limite, pois não permite que se chegue ao abuso, nem alteração da ordem. Os correctos funcionários da policia paulistana entenderam que tal manifestação no centro da cidade, no bairro burguez, constituiria um abuso, e como a manutenção da ordem, dá direito a proibir qualquer acto publico ou particular, mesmo sem pretexto, tanto a manifestação como os comícios foram obstados pelas autoridades. Primeiramente a manifestação central foi proibida, permitindo-se os comícios dos bairros, dando-se a entender que as ruas centrais não são publicas, pertencem aos senhores. Se querem fazer comícios, façam lá na sua terra. (GERMINAL, 01/05/1913, p. 04)

Como afirmou o jornal operário, as ruas centrais pertenciam aos senhores, pois era lá que ficava também o “bairro burguez” e essa proibição determinada pela polícia acontecia, como mostrou Deaecto (2002), porque grande parte das lojas de produtos “finos”, importados, localizava-se nessa área. Entretanto, cabe ressaltar que todas as melhorias do centro foram realizadas pelas mãos de centenas de operários sempre proibidos de nelas se manifestarem. Assim, a ocupação do centro significava a ocupação de um espaço que objetivamente não era seu, já que, apesar de serem públicas, as ruas e praças centrais pertenciam efetivamente às classes dominantes, eram uma extensão dos bairros mais ricos. Por isso, no momento da manifestação, mesmo que por pouco tempo, a praça tinha que ser (re)usada, profanada, como num ato simbólico de retomada de posse por aqueles que a “construíram”. Desse modo, a apropriação deste espaço poderia significar o resgate de algo que até então era percebido como exclusividade de uma elite e não de toda a população: o uso das praças e ruas centrais. Da mesma forma que a classe dominante passeava com sua família e seus serviços pela área central, esses comícios mostravam que, pelo menos naquele momento, a praça pública também era dos operários, era dos trabalhadores.

Nesses encontros operários, eram comuns as críticas ao estado de penúria da classe trabalhadora, que era conclamada a lutar contra as autoridades estabelecidas e contra a população mais rica, ou seja, era incitada livremente à luta de classes, evidenciando a forte influência dos anarquistas nessas reuniões públicas.

O jornal “O Estado de São Paulo”, naquele momento funcionando como um paladino da elite paulistana, comemora a ação policial que impediu a manifestação operária do dia 20/04 de se realizar.

## Notícias Diversas

## A Carestia de Vida

Com o interesse de garantir a ordem pública, a polícia determinara medidas no sentido de impedir as reuniões convocadas para hontem em defferentes arrabaldes da cidade.

Para esse fim, desde cedo, os pontos designados para as reuniões estiveram guarnecidos por força armada, às ordens das autoridades dos districtos.

Os comícios parciaes deveriam realizar-se-a ás 3 horas da tarde [...] A polícia interveiu immediatamente, obstando a que elle se realisasse e dispersando os manifestantes, alguns dos quaes, resistindo a essa ordem, foram presos e recolhidos ao posto policial do Braz.

No centro da cidade houve a mesma tentativa de se levar a effeito o grande comício no largo de São Francisco.

O dr. Rudge Ramos alli presente, tornou logo obrigatoría a circulação naquelle largo e nada de anormal alli ocorreu.

Pouco antes das 7 horas da noite, entretanto, no largo da Sé, um grupo de agitadores, pretendeu reunir gente para o 'meeting', mas o terceiro delegado auxiliar informado do que se estava passando, destacou uma patrulha de 2 praças de cavallaria para dissolver o grupo.

A chegada da autoridade e da força foi disparado do grupo um tiro de revolver que, felizmente, não attingiu ninguém.

O grupo dissolveu-se em seguida, correndo todos, precipitadamente, para varias direções. Dessa hora em deante nada mais de anormal ocorreu. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 21/04/1913, p. 08)

A reportagem deixa evidente a tentativa por parte da polícia de coibir as manifestações nas regiões arrabaldes, pois, tendo informações sobre o real interesse do protesto, ela procurou evitar a formação das colunas no início, contribuindo para que a presença de manifestantes no centro da cidade fosse irrisória e, conseqüentemente, dificultando a emergência de um comício mais forte. Embora o desfecho dessa manifestação não tenha sido positivo, pois os operários não conseguiram formar as suas colunas nos bairros, fica evidente que tal organização pública era comum entre esses trabalhadores e que o componente geográfico na apropriação espacial da cidade era de grande importância, uma vez que esse conjunto de ações como estratégia de combate foi importante para a própria organização das inúmeras manifestações ocorridas em 1917, que desembocaram num grande conflito espacial na cidade.

Se na manifestação contra a Carestia de Vida, em vários momentos a ação policial conseguiu impedir a presença operária no centro da cidade, na Greve Geral de 1917 ela perdeu o controle da situação e, durante o mês de julho, São



Paulo ficou nas mãos dos operários e vivenciou uma agitação contínua. O poder estava também nas ruas.

### **A GREVE GERAL DE 1917**

Nessa seção, analisaremos a greve de 1917 sob o ponto de vista espacial, demonstrando como era a circulação dos operários pela cidade nesse período de grandes paralisações. Assim, os fatos aqui não são apresentados, necessariamente, segundo uma ordem cronológica.

Apesar de ter como estopim o pedido de aumento de salário dos operários do Cotonifício Crespi, a greve – deflagrada em julho de 1917 – foi um processo reivindicatório iniciado ainda nos meses de maio e junho devido ao aumento do custo de vida, à falta de produtos de primeira necessidade e ao fato de o salário de grande parte dos operários ser irrisório. Os operários organizados em sindicatos de orientação anarquista reivindicavam oito horas de trabalho, a redução dos aluguéis, o direito à reunião e organização e, por fim, a libertação de todos os operários presos. (PINHEIRO, 1979)

A crise econômica que assolava a população mais pobre da cidade advinha, entre outras coisas, da suspensão da exportação de trigo da Argentina para o Brasil em maio, bem como, da denúncia dos jornais de grande circulação contra os Matarazzo, os Gamba e etc., pelo desvio de mercadorias para a exportação e pela estocagem de gêneros alimentícios.

Além dos problemas de ordem econômica enfrentados pelos operários é necessário salientar que tal movimento foi considerável, pois paralisou quase totalmente a capital paulista por pelo menos três dias.

A paralisação, iniciada em 22 de junho no Cotonifício Crespi porque os operários não tiveram algumas reivindicações atendidas – como aumento de salários e fim do trabalho noturno –, estendeu-se a outras fábricas com reclamações idênticas ou outras específicas a cada uma, totalizando no início de julho mais de 20.000 grevistas quando então já eram várias as categorias e as fábricas paradas.

Uma das causas da Greve de 1917 ter sido um movimento de grande expressividade foi a constituição das ligas operárias, centros de agitação nos bairros periféricos e de grande concentração industrial, que descentralizavam o conflito e propiciavam um fortalecimento desses laços de solidariedade através

do contato entre operários de diferentes ofícios que a elas se dirigiam para realizar várias atividades como, por exemplo, a organização de comícios.

Imbuídos de um sentimento classista muito forte, os militantes operários organizados nessas ligas perceberam que um dos principais meios de contestar era a manifestação de rua e que ela poderia funcionar enquanto estopim de vários outros confrontos, conforme sugere o trecho abaixo:

Um meeting anarquista não é um meeting comum e só duas cousas podem e devem influir para que elle não seja levado a effeito: a morte ou a cadeia. Nada de autorização e, si ella intervem, só violentamente o possa dissolver. (A PLEBE, 08/07/1917, p. 03)

Dentro desse espírito de luta, no mês de julho várias barricadas foram organizadas pelos operários nos seus bairros de moradia. Os saques a moinhos eram, a todo o momento, incentivados, como também a destruição de lampiões a gás, impossibilitando o acesso da Força Pública às inúmeras vielas existentes nesses bairros.

A reportagem do jornal “A Plebe” aponta com detalhes esse conflito:

As Barricadas

Em vários pontos da cidade travaram-se, como é sabido, verdadeiras batalhas entre o povo e a força armada. [...] No Bom Retiro e Ponte Pequena os grevistas formaram verdadeiras barricadas de onde alvejavam, num fogo certo e vivo, os inconscientes e militarizados defensores do Estado e do Capitalismo, princípio e causa de sua própria desgraça e da desgraça daquelles que são os seus irmãos de soffrimento e miséria. (A PLEBE, 21/07/1917, p. 01)

Entre os dias 09 e 13 de julho de 1917, ocorreram inúmeras manifestações de rua, confrontos entre operários e a polícia, assaltos a bondes e moinhos. O trecho abaixo ilustra a situação quando fala do bairro do Brás:

[...] foco da agitação, está com a vida normal completamente paralisada. O comércio quase todo cerrou as portas e a Light foi forçada a suspender o tráfego de bondes, que eram assaltados de momento a momento. As ruas estão apinhadas de grevistas, em ruidosas manifestações. (O COMBATE, 12/07/1917, p. 03)

Como forma de dificultar as ações dos grevistas, a polícia procurou uma solução paliativa: dispersar as manifestações públicas no centro da cidade, conforme assegura a nota da Força Pública, publicada pelo jornal “O Combate”, em 13/07/1917: “Em vista das agitações promovidas por desordeiros e elementos exaltados da classe dos operários e em benefícios mesmo dos trabalhadores pacatos, a polícia não permitirá reuniões nas praças e ruas públicas”. (O

COMBATE, 13/07/1917, p. 03). Entretanto, as determinações da Força Pública não seriam cumpridas pelos operários em fúria e, é interessante assinalar, a cidade ficou praticamente parada durante esses dias, e isso significava obstruir a circulação das pessoas, mas principalmente das mercadorias.

Num dos confrontos entre operários e policiais, morre um jovem sapateiro anarquista chamado José Martinez e seu enterro, mais do que um momento de luto, significou uma ruptura com as normas espaciais vigentes, pois o cortejo passou pelas ruas centrais e, independentemente de ser proibida a passagem de féretro por essa região, os operários exigiram que ele também passasse pelas ruas do Triângulo Central que compreendia as ruas 15 de Novembro, Direita e São Bento. Os órgãos públicos municipais e a Força Pública, procurando evitar que a passeata chegasse próximo às lojas mais chiques da cidade, bem como parasse defronte à delegacia, indicou um itinerário, o que irritou os operários que empunharam bandeiras vermelhas e negras e, cantando hinos sociais, transitaram pelos logradouros mais abastados da cidade, assustando os proprietários que, temerosos de sofrer algum dano às suas propriedades, abaixaram as portas das lojas.

#### Momentos da greve de 1917 – Enterro de José Martinez



**Figura 1: Manifestação de operários na rua XV de Novembro**

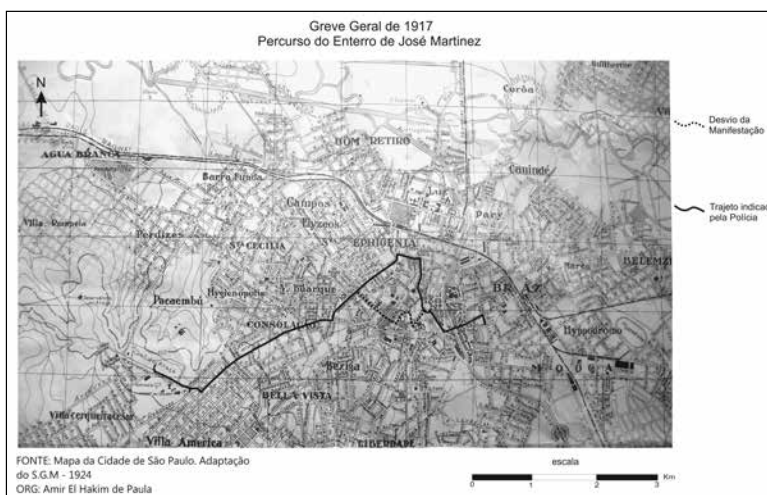
Fonte: *A Plebe*, 21/07/1917, p. 01.



**Figura 2: Cortejo fúnebre passando pelas ruas centrais**

Fonte: *A Plebe*, 18/08/1917, p. 04.

O operário, “proibido” de desfrutar a cidade no seu todo, como numa ca-tarse chegava às áreas centrais até então reservadas às elites. Abaixo o mapa da Greve Geral de 1917 nos mostra o itinerário que a polícia indicou e o efetivamente realizado.



**Figura 3: Enterro de operário na Greve Geral de 1917**

Aqui, fica evidente que não se tratava simplesmente de um ato de luto, pois o enterro de José Martinez significou também o rompimento de uma lógica espacial excludente e, apesar das leis restritivas à passagem de féretro pelas ruas centrais, os operários, consternados pela morte de um companheiro, ocupam as ruas destinadas às lojas de produtos finos.

A elite se apavorava, tanto que, um de seus jornais intitulado “Correio Paulistano”, órgão do Partido Republicano Paulista, demonstra a percepção dessa manifestação operária:

[...] Com o decorrer das horas, o movimento pelas ruas do bairro, e especialmente pela grande artéria que é a avenida Rangel Pestana, começou a intensificar-se e era quase na sua totalidade, composto de operários, homens, mulheres e crianças que haviam deixado de comparecer às fabricas. De uma certa hora em diante, o triangulo central entregue a sua actividade pacifica, começou igualmente a ser invadido por uma onda de desocupados. O commercio, alarmado com os gritos subversivos que partiam daqui e acolá, julgou prudente cerrar também as sua portas, a exemplo do que estava succedendo nos arrabaldes, ainda os mais longínquos. (CORREIO PAULISTANO, 13/07/1917, p. 02; grifo nosso)

Nesse momento, o poder na cidade estava nas mãos dos operários. O próprio delegado geral, Thyrso Martins, posteriormente comentou:

Um movimento operário baseado originalmente, em justa causa, foi a pouco e pouco se desvirtuando a ponto de degenerar em graves perturbações da ordem pública, com aspectos alarmantes de uma verdadeira revolução. A revolução era aconselhada francamente. Da mesma sorte o saque. (CORREIO PAULISTANO, 07/10/1917, p. 03)

Mais do que um evento local, a Greve Geral expandiu para um movimento de solidariedade que uniu trabalhadores de vários estados brasileiros e, ainda que tivessem específicas exigências das categorias paradas, os operários das demais localidades espelhavam-se nas agitações paulistas e, principalmente, se solidarizavam com elas, o que expressa o agigantamento do movimento, conforme demonstram algumas manchetes de jornais operários: “O esplendido movimento paulista repercutiu fundamente (sic) nesse marasmo carioca, retesando energias adormecidas, aafiando vontades amolentadas e reaccendendo entusiasmos apagados.” (A PLEBE, 28/07/1917, p. 02)

Um dos principais papéis na articulação das paralisações pelo país coube à Federação Operária do Rio de Janeiro que, por meio de telegramas, procurou cen-

tralizar as informações do movimento paulista e coordenar, a partir de sua sede, um movimento de expansão de greves de solidariedade por várias áreas do país.

No dia 14 [de Julho] realizou-se a reunião convocada pela Federação Operária do Rio de Janeiro para deliberar sobre a atitude que o operariado daquela capital deveria tomar diante da greve geral de S.Paulo. [...] Foi aprovada a seguinte moção:

[...] completa solidariedade ao operariado de São Paulo, ora, em greve [...] Resolve ainda telegraphar a todas as associações federadas dos Estados, para que a mesmas procedam de acordo com o movimento iniciado no Estado de São Paulo. (A PLEBE, 21/07/1917, p. 04)

Analisando os vários números do semanário “A Plebe”, principal órgão de divulgação das atividades operárias, é perceptível a expansão da greve por várias cidades, inclusive do Paraná, como se nota no trecho seguinte:

Como se viu, o movimento grevista de São Paulo teve grande repercussão não só no interior como em outros Estados. No Paraná, a greve assumiu enormes proporções. Em Curityba paralyzou toda a vida da cidade [...] Em Ponta Grossa também teve grande importância. (A PLEBE, 28/07/1917, p. 03)

De fato, o movimento de solidariedade se alastrava, sendo comum o envio de telegramas para comunicar o início do movimento grevista e, isso se deve à articulação entre as ligas operárias municipais (como a de Jundiá e de Campinas) e as Federações Operárias carioca e a paulista, esta última já com um papel de articulação na expansão da greve pela capital paulista.

Conforme a greve aumentava na cidade de São Paulo e também no estado, começava uma segunda articulação de sindicatos, agora coordenada pela Federação Operária do Rio de Janeiro, cujo objetivo era arregimentar greves de solidariedade por todo o país. Nesse último caso, as paralisações ocorreram, principalmente, no período de 28 de julho a 11 de agosto, quando cidades mais longínquas, como Cidade da Parahyba (atual João Pessoa) passaram a ter movimentos de apoio ou mesmo greves generalizadas.

Levando em consideração que muitas entidades no interior eram filiais dos sindicatos da capital, presume-se que num momento de crise a luta de uma categoria tornava-se a luta de uma classe e, independente do resultado, a greve teve como saldo positivo a expansão das atividades sindicais e a criação de várias entidades de trabalhadores, ligas operárias ou mesmo uniões de sindicatos.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Para mais informação ver jornal “A Plebe” do mês de julho e agosto de 1917 demonstrando os impactos da greve na organização do movimento operário.

Momento histórico e geográfico de grande importância na luta dos trabalhadores, a greve até hoje é lembrada não só por aqueles que de alguma forma estão envolvidos com o assunto (pesquisadores, sindicalistas), mas também por jovens torcedores, que no campo de futebol, não se esquecem de homenagear aqueles trabalhadores que um dia pararam São Paulo e várias outras cidades do país.



**Figura 4: Estádio Conde Rodolfo Crespi - C.A. Juventus x S.C.Barueri**

Foto: Adriana Aparecida Santana

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Movimentos de grande subversão, a luta contra a Carestia de Vida e a Greve Geral de 1917 expressam a força social de um movimento operário ainda em formação que, baseado em várias ideias anarquistas, nunca deixou que sua luta ficasse circunscrita aos salões fechados, mas viu nas ruas um propagador imediato das reivindicações. Assim, embora a elite de São Paulo, na década de 1910, tivesse claramente uma política de segregação espacial das camadas mais pobres, as lutas demonstram que esse processo foi questionado veementemente pelos operários organizados em sindicatos e ligas.

Na cidade começaram a ser gestadas duas visões contraditórias: a da elite, que entendia a cidade como mais uma mercadoria; e a do operariado, que lutava por uma cidade voltada aos interesses da maioria. Sendo assim, os momentos de grande tensão não foram nenhuma surpresa, pois os operários elegeram a cidade como principal espaço de conflito social e, por meio da ocupação de ruas e praças com grandes manifestações, apropriaram-se desses espaços e lutaram contra a segregação de que eram vítimas.

As lutas desses operários podem oferecer algumas pistas de como a cidade foi se transformando ao longo do século XX e como o operariado procurava sistematicamente imprimir na cidade outro tipo de sociabilidade que não fosse mediada pela mercadoria ou por seus valores.

Ambos os movimentos aqui analisados imprimiram à cidade de São Paulo uma nova geografia determinada pelo trabalhador, mais livre, mais dinâmica e menos excludente, transformando-a, mesmo que pouco, em um espaço mais democrático.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AS BARRICADAS. *A Plebe*, São Paulo, 21 jul.1917, p. 1.
- BESEN, Ricardo. A feroz urbanização de São Paulo no início do século XX. *Revista Histórica* n. 13, São Paulo, p. 43-50, 2004.
- BRITO, Mônica Silveira. *A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano*. 2000. 213f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- COMÍCIOS contra a carestia de vida. *Diário Popular*, São Paulo, 15 mar.1913, p. 1.
- COMO procede o governo republicano. *Germinal*, São Paulo, 01 mai.1913, p. 4.
- DEAECTO, Marisa M. *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: SENAC, 2002.
- SANTOS, Marco dos. Entre algemas e vacinas – Medicina, polícia e resistência popular na cidade de São Paulo (1890-1920). *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 65, p. 152-168, 2003.
- O ENTERRO da victima. *Correio Paulistano*, São Paulo, 13 jul.1917, p. 2.
- FONSECA, Guido. O anarquismo e as origens da polícia política em São Paulo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 93, p.09-37, 1996.
- HARDMANN, Francisco F. *Nem pátria nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LOPREATO, Christina R. *A semana trágica: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Anablume, 2000.



- MEETING anarquista. *A Plebe*, São Paulo, 08 jul.1917, p. 3.
- O MOVIMENTO estendeu-se. *A Plebe*. São Paulo, 21 jul.1917, p. 4.
- NO BRAZ – tudo paralisado. *O Combate*, 12 jul.1917, p. 3.
- NOTÍCIAS diversas – A carestia de vida. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 21 abr.1913, p.8.
- PAULA, Amir El Hakim de. *A geografia do movimento operário de 1906 a 1937*. 1999. 79f. Trabalho de Graduação Individual (TGI), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. *Os operários pedem passagem! A geografia do operário na cidade de São Paulo*. 2005. 149f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PELO povo. *Folha do Braz*, São Paulo, 06 jan.1901, p.2.
- PELO mundo proletário. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1913, p.3.
- PETRONE, Pasquale. A cidade de São Paulo no século XX. *Revista de História*, v. 06, n. 21, 22, p.127-170, 1955.
- QUEIXAS e reclamações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 abr.1913, p.6-7.
- QUEIXAS e reclamações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 abr.1913, p.6-7.
- RELATÓRIO do delegado geral. *Correio Paulistano*, São Paulo, 07 out.1917, p.03.
- A REPERCUSSÃO do movimento de São Paulo. *A Plebe*, São Paulo, 28 jul.1917, p. 3.
- RESOLUÇÕES do 1º Congresso Operário. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 01 fev.1914, p.7.
- REVOLTA popular contra a carestia de vida e a lei de expulsão. *Germinal*, São Paulo, 20 abr.1913, p.1.
- ROLNIK, Raquel. São Paulo na virada do século: o espaço é político. *Espaço e Debates*. São Paulo, n. 17, p.44-53, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A cidade e a lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1999.

Enviado para publicação em 21/02/2012

Aceito para publicação em 13/04/2012